
ESCLARECIMENTOS SOBRE OS RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE AO SETOR DE MALHA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CONTRIBUINTE: ANA CARMEN SOUZA**DIRPF 2023**

CPF: 123.456.789-00

DATA DE NASCIMENTO: 15/03/1975

A) DADOS DA AÇÃO:

1) Os valores declarados se referem a rendimento recebido de forma acumulada, referente a Ação Judicial Trabalhista, processo n.º 0001234-56.2020.5.17.0001 que tramitou perante a 1ª Vara do Trabalho.

B) VALORES E DATAS:

2) O valor total levantado pelo(a) contribuinte, referente ao exercício foi de R\$ 38.000,00;

3) O imposto de renda no valor total de R\$ 3.800,00, foi retido pela EMPRESA ABC S/A - CNPJ n.º 12.345.678/0001-90, conforme documento(s) anexo(s);

4) O valor bruto da ação corresponde a soma entre o(s) alvará(s)/mandado(s) de levantamento e o imposto de renda retido, o que equivale, neste caso, ao valor de R\$ 41.800,00 (Item 3, da planilha);

5) O valor atualizado apurado de R\$ 15.198,48 (Item 8, da planilha), referente ao(s) Rendimento(s) Tributável(is), equivale(m) a 36,3600% do valor bruto da ação (Item 3), conforme apurado em planilha anexa;

6) O valor total apurado de despesas dedutíveis¹ com a ação judicial, sobre a mesma proporção dos rendimentos tributáveis, nos exatos termos da Lei, foi de R\$ 4.145,04.

**CAMPOS E VALORES DECLARADOS NA FICHA DE RRA* DA DIRPF,
NA OPÇÃO DE TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA NA FONTE**

| | |
|---------------------------------------|---------------|
| A) RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS: | R\$ 11.053,44 |
| B) INSS RECLAMANTE: | R\$ 0,00 |
| C) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE: | R\$ 3.800,00 |
| D) Nº DE MESES DISCUTIDOS NA AÇÃO: | 18,00 |

FICHA DE RENDIMENTOS ISENTOS

| | |
|----------------------|---------------|
| RENDIMENTOS ISENTOS: | R\$ 24.183,20 |
|----------------------|---------------|

Obs.:

a) Os honorários pagos, foram lançados na ficha de pagamentos, em item próprio;

b) O valor referente ao rendimento isento foi lançado na ficha de rendimentos isentos e não tributáveis, no item "OUTROS", com a denominação de "Verbas Isentas Ação Judicial", com os mesmos dados da Fonte Pagadora.

¹ Art. 12.A, §2º da Lei 7.713/88